



PAUTA DE JULGAMENTOS ELETRÔNICOS | 1º de fevereiro de 2023

1ª Sessão Jurisdicional Extraordinária do Órgão Especial - 2023

Julgamentos

HABEAS CORPUS

MEDIDA CAUTELAR

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Presidente

Desembargador Paulo Velten

Subprocurador-Geral de Justiça

Danilo José de Castro Ferreira

Diretor-Geral

Carlos Anderson dos Santos Ferreira

Secretário

Mayckerson Alexandre Franco Santos

Atas aprovadas

1ª Sessão Jurisdicional 2023

1. MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
N.º 0816789-56.2021.8.10.0000

Requerente: DINAIR SEBASTIANA VELOSO DA SILVA – PREFEITA MUNICIPAL DE TIMON/MA

Procurador-Geral do Município: João Santos da Costa

Requerido: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMON/MA

Advogado: Eduardo do Nascimento Santos (OAB/PI 9419)

Normas impugnadas: *Arts. 47 e 48 da Lei Orgânica do Município de Timon/MA e § 3º, I, do art. 179 da Resolução 12/1991 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Timon/MA*

Relator: Desemb. JOSÉ GONÇALO DE SOUSA FILHO

Julgamento: Não iniciado



2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE CÍVEL – SÃO LUÍS
N.º 0810486-89.2022.8.10.0000

Embargante: ESTADO DO MARANHÃO

Procurador: Lucas Souza Pereira

Embargada: MARIA DE JESUS MELO COSTEIRA, REPRESENTADA POR SUA FILHA JOANA ANGÉLICA PEREIRA MELO

Advogada: Bianca Vieira de Sousa Melo (OAB/MA 12335)

Relator: Desemb. CLEONES CARVALHO CUNHA

Julgamento: Não iniciado



3. MANDADO DE SEGURANÇA – SÃO LUÍS

N.º 0800921-38.2021.8.10.0000

Impetrante: MARIA TERESA TROVÃO MURAD

Advogados: Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo (OAB/MA 5166) e Aurélio Pinheiro de Azevedo (OAB/MA 7950)

Impetrados: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO ESTADO DO MARANHÃO (SEMA) e PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Advogado: Tarcísio Almeida Araújo (OAB/MA 9516)

Litisconsorte: ESTADO DO MARANHÃO

Procurador: Valdênio Caminha

Relatora: **Desemb. SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO**

Julgamento: **Não iniciado**



Parecer ministerial: Denegação da segurança.
